



Texto e Fotos: Tenente-General António Mascarenhas



A Engenharia Militar Portuguesa

Evolução e Acção no 3.º Quartel do Século XX – Áreas a Investigar

Muito há a investigar para se poder escrever sobre a Engenharia Militar, nomeadamente neste período entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início das Guerras de África e no quadro mais geral da Guerra-fria. Não querendo escrever senão um artigo, procurei investigar o que me pareceu serem os aspectos mais importantes e a relevar neste período, mas que não dispensa mais e melhores esforços de investigação e recolha. O Núcleo Impulsionador de Conferências, lançou o tema.

Assim, fui convidado a efectuar uma conferência no âmbito do sub-projecto “Ciência e Tecnologia de Defesa” e integrada no Painel 1 – Engenharia Civil, conferência essa sobre a Engenharia Militar, as transformações sofridas e as modalidades de intervenção postas em prática em Portugal e em África no período em análise.

Dei-lhe o título “*A Engenharia Militar Portuguesa – Evolução e Acção no 3.º Quartel do Século XX – Áreas a Investigar*”.



Em 1949 Portugal aderiu à OTAN e iniciou um programa de modernização das suas Forças Armadas para possibilitar o cumprimento das obrigações assumidas

ajudas em 1949/50 (o 2.º ano de aplicação). No final de 1955 a ajuda americana a Portugal, decorrente do Plano Marshall, atingiu mais de um milhão de contos (conto = mil escudos) em empréstimos e mais de meio milhão em fundos de contrapartida. A aplicação destas ajudas (em anexo – o quadro de aplicação) foi feita em vários sectores quer em Portugal continental e ilhas quer no Ultramar. Não houve aplicações militares directas mas foram beneficiados alguns sectores da indústria de defesa ou que contribuíam para o sector (caso da Companhia de Pólvoras e Munições de Barcarena).

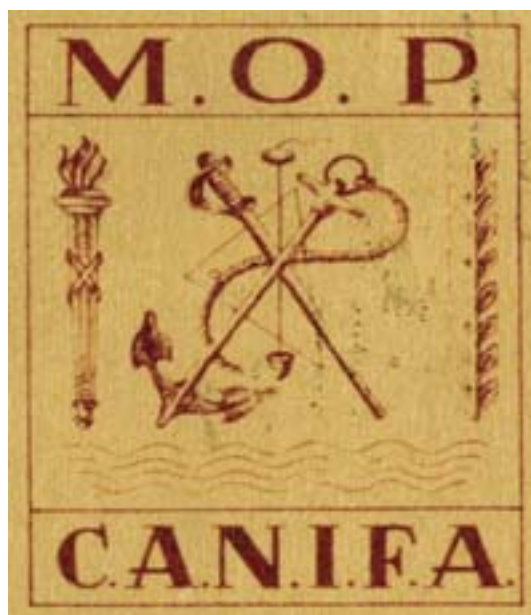
A Evolução da Organização Superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas

Até 1950 as forças de defesa do continente e ilhas eram distintas das do ultramar. As primeiras dependentes do Ministério da Guerra e as segundas do Ministério das Colónias. Durante a II GG fez-se sentir a necessidade de colocar todo o esforço de defesa sob a mesma entidade. Assim, (pelo DL 32157 de 21 de Julho de 1942) temporariamente aconteceu. Mas, só em 1949 (DL 37542 de 2 de Setembro) todas as forças e meios de defesa foram colocados na dependência única do Ministério da Guerra embora o Governador de cada colónia mantivesse essa responsabilidade política no seu território. Em 1954 (Lei 2060 de 1953 – Lei da Organização Geral, recrutamento e serviço Militar das forças Terrestres Ultramarinas; DL 39 541 de 16 de Fevereiro de 1954 que regulamentou a Lei) foi completado o quadro legal que eliminou a separação das principais responsabilidades de defesa nacional por dois ministérios.

Em 1949, Portugal aderiu à OTAN e iniciou um programa de modernização das suas Forças Armadas para possibilitar o cumprimento das obrigações assumidas.

O Plano Marshall

O Plano Marshall surge de um convite feito aos países europeus pelo General George Marshall em 5 de Junho de 1947, para um plano de reconstrução económica europeia que pretendia eliminar o défice previsível das suas balanças de pagamentos através de um fundo que os EUA poriam à sua disposição nos anos fiscais de 1948/49, 49/50, 50/51 e 51/52¹. Estes fundos deveriam ser utilizados para financiar um programa próprio de cada país utilizador. Em 2 de Abril de 1948 foram promulgadas pelos EUA as Leis de Ajuda ao Estrangeiro e criado neste país a ECA (Economic Cooperation Administration). Por outro lado, na Europa foi criado, em 18 de Abril de 1948, a congénere da ECA, a OECE (Organização Europeia de Cooperação Económica). Segundo o Prof. Pinto Barbosa, por detrás destas novas organizações e metodologias estava já a ideia da construção da Comunidade Económica Europeia. Portugal foi um dos subscritores do Acordo mas só começa a receber as



CANIFA (Comissão Administrativa para as Novas Infraestruturas das Forças Armadas) e dentro desta a CANIE (Comissão Administrativa para as Novas Infraestruturas do Exército).

Em 1951, a Constituição da República foi alterada, passando a considerar os territórios ultramarinos como províncias e, logo, território nacional.

Em 1955 Portugal foi admitido como membro da ONU. É também neste período que se iniciam as independências em África. Em 1959 a Bélgica começou a preparar a independência do Congo, o que levou a que o Governo Português, temendo as repercussões, iniciasse um conjunto de preparativos nomeadamente de construção de infraestruturas de defesa em Angola.

Evolução da Direcção das Obras Militares

Quanto à organização das obras militares, em 1941 (DL 31271) foi determinado que transitassem para o Ministério das Obras Públicas e Comunicações as competências do Governo em tudo que se referia a obras de construção, ampliação, adaptação, restauro e conservação dos quartéis militares e de outros edifícios do Exército. Mantiveram-se na competência do Ministério da Guerra, por decreto de 1943 (DL 32682), as obras de natureza estritamente militar ou de carácter reservado (fortificações, carreiras de tiro, paióis, aeródromos, depósitos, material de acampamento e bivaque e outras) sendo a sua execução da responsabilidade da Engenharia Militar. Ainda, no mesmo ano de 1943, por portaria do Ministro da Guerra (assinado pelo Subsecretário de Estado da Guerra Fernando Santos Costa) atribui ao SFOM (Serviço de Fortificações e Obras Militares) aquelas responsabilidades e ainda as servidões militares e o

património imobiliário do Ministério da Guerra (cadastrado, aquisição, arrendamento e venda), serviço este que é indicado como uma repartição (a 3ª) da Direcção da Arma de Engenharia. Em 1945 (DL 35193) são incluídas nas competências referidas também as obras de pequena conservação, reparação ou simples arranjo nos aquartelamentos e outras instalações dos serviços e de vida das tropas. Em 1962 e tendo em conta a experiência que vinha sendo feita há mais de 10 anos, por portaria do Ministro do Exército (Portaria 19029), foi criado na DSFOM (Direcção dos Serviços de Fortificação e Obras Militares) o Gabinete de Estudos das Fortificações e das Obras Militares Antigas. Em 1978, por decreto do Conselho da Revolução (DL 283/78), foi criada a DSFOE (Direcção do Serviço de Fortificações e Obras do Exército) cujo director passa a ser cumulativamente o Director da Arma de Engenharia.

A Canifa

Verificamos assim que no final dos anos 40 surge uma forte vontade de modernização das Forças Armadas que tem por fundo a II GG e as questões de defesa com que Portugal se viu confrontado, nomeadamente nos Açores, onde os trabalhos de Engenharia efectuados quer pela boa qualidade quer pelo pouco tempo de execução são referências, vontade essa que também se insere numa forte tendência modernizadora do Estado, nomeadamente em infraestruturas e que vai ter como principal motor e executante o Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

É assim que é organizada no Ministério das

Obras Públicas e Comunicações a CANIFA (Comissão Administrativa para as Novas Infraestruturas das Forças Armadas) e dentro desta a CANIE (Comissão Administrativa para as Novas Infraestruturas do Exército). Estas comissões iniciam o seu trabalho, ainda nos anos 40, projectando e executando um programa de quartéis e outras instalações, cuja implantação e desenvolvimento, linha arquitectónica (exterior e interior) é claramente representativa da época do Estado Novo e cujos métodos, materiais e técnicas de engenharia, quer estrutural quer de comodidade e bem estar, fazem a transição entre o neoclássico nacional e o funcional do período seguinte de tal forma que, ainda hoje, passados mais de 50 anos, conservam ainda capacidade de modernização.

O Quartel da Escola Prática de Engenharia em Tancos

Não tendo sido feito pela CANIFA mas sendo o quartel de referência, é de aqui referir o quartel da EPE em Tancos cujo anteprojecto foi feito em 1941, tendo sido iniciado em 1943 e inaugurado em 9 de Março de 1946. Projecto dos oficiais de Engenharia da EPE tem já algumas medidas construtivas modernas (como paredes exteriores em pano duplo e caixa de ar) e a sua construção foi por administração directa (custou cerca de 14 milhões de contos).

Os Quartéis Canifa

Em 1960 no seu relatório de 31 de Dezembro a CANIFA/CANIE indicava:

Quartéis concluídos

- RI 1 Amadora (1955)
- RI 2 Abrantes (1955)
- RI 3 Beja 1956)
- Novo Quartel da Encarnação (1960)
- RI 5 Caldas (1952)
- RI 6 Porto (1950)
- RI 5 Caldas (1952)
- RI 6 Porto (1950)
- RI 7 Leiria (1955)
- RI 8 Braga (1955)
- RI 10 Chaves (1958)
- RI 13 Vila-Real (1952)

Quartéis em construção

- RI 15 Tomar
- RI 19 Funchal

RI 6, Porto, inaugurado em 1950; RI 1, Amadora, inaugurado em 1955. (De cima para baixo)

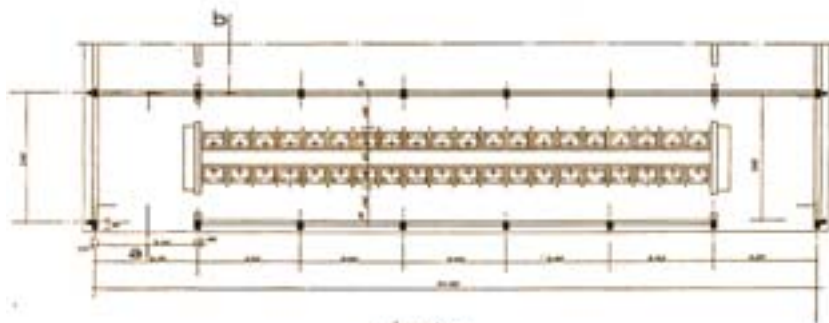


EDIFÍCIO DOS SANITÁRIOS

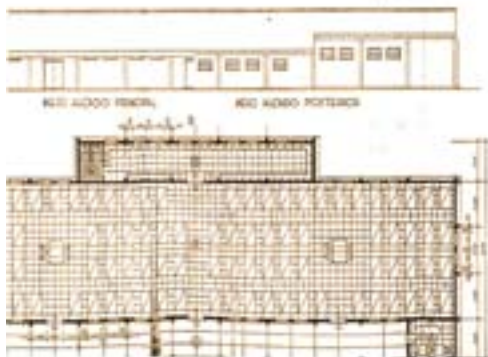
Escala
0 1 2m



alçado principal



planta



EDIFÍCIO-TIPO

• COSENFÓS •

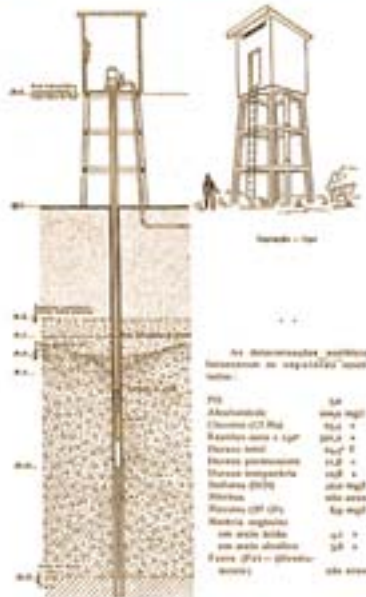
ESCALA

0 1 2m

ALÇADO PRINCIPAL



ALÇADO LATERAL



Em estudo

- RI 9 Lamego
- RI 11 Setúbal
- RC 8 Castelo Branco
- BI 18 Ponta Delgada
- BCaç 2 Covilhã
- BCaç 3 Bragança
- RC 6 Guimarães

Remodelações em curso

- EPC Santarém
- EPC (antiga) Torres Novas
- EPA Vendas Novas
- Centro Militar da Amadora (RI 1, RAAA 1, Academia Militar e RC 7)
- HMR 1 Porto
- BA 3 (edifícios) Tancos
- R Art Pes 1 Sacavém
- Quartel do RAP 3 Figueira da Foz
- Bat Metr 2 Fig. Da Foz
- Bat Metr 3 Porto
- Quartel de Infantaria 12 Coimbra
- Bat Caç 6 Castelo Branco
- Bat Inf 17 Angra do Heroísmo
- Quartel de Cav 6 Porto
- RE 1 (Pontinha) Lisboa

Remodelações em estudo

- Q G 3ª RM Tomar
- HMP Lisboa
- Hosp Mil Évora
- RA 5 Penafiel

Os autores destes projectos são vários e trabalhavam em equipa não sendo fácil identificar quem fez o quê. No entanto, da breve análise foi possível reconhecer que várias peças do “Quartel da Borralha” – Vila Real, estão assinadas pelo Arq. António Lino e do “Quartel da Cruz da Areia” – Leiria pelos Arq. Marciano Rodrigues e Arq. Samuel Quininha.

Estas obras, embora feitas pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações, eram inscritas no Orçamento Suplementar de Defesa do Ministério do Exército, sendo o plano de emprego aprovado pelo Ministro da Defesa Nacional.

A execução destas obras era efectuada por empreitada antecedida de concurso.

A Construção do Campo Militar de Santa Margarida

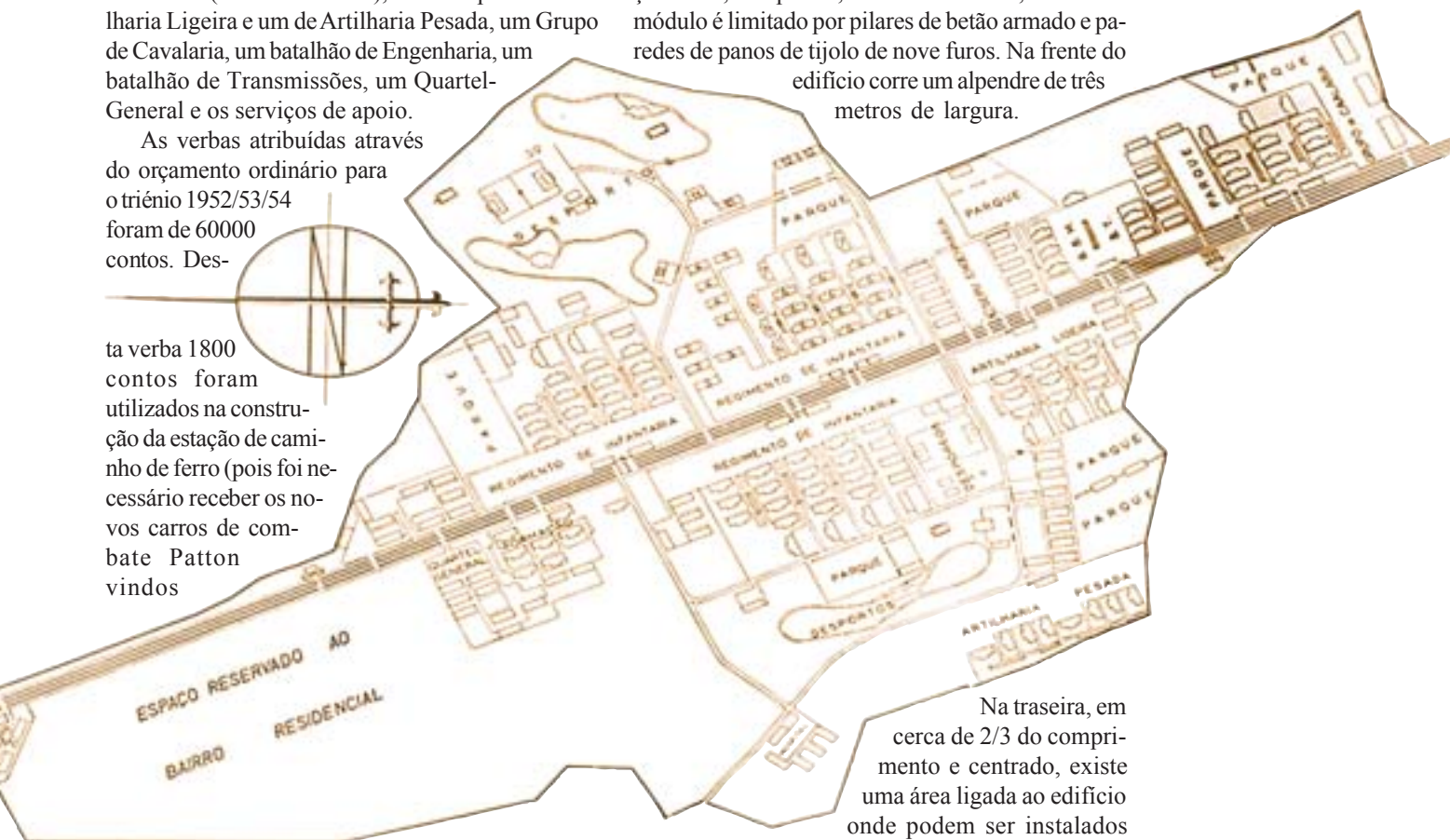
Em Agosto de 1953 começou a ser utilizado o Campo Militar de Santa Margarida². A sua construção iniciou-se em Maio de 1952 em regime de

administração directa sendo os materiais fornecidos por concurso. Nas obras chegaram a trabalhar cerca de 300 trabalhadores.

O programa geral previa a instalação temporária de 15000 a 20000 homens e material para efectuem treino. Previa instalações para três Regimentos de Infantaria (a três batalhões), três Grupos de Artilharia Ligeira e um de Artilharia Pesada, um Grupo de Cavalaria, um batalhão de Engenharia, um batalhão de Transmissões, um Quartel-General e os serviços de apoio.

As verbas atribuídas através do orçamento ordinário para o triénio 1952/53/54 foram de 60000 contos. Des-

ta verba 1800 contos foram utilizados na construção da estação de caminho de ferro (pois foi necessário receber os novos carros de combate Patton vindos



da ajuda americana), tendo os trabalhos de assentamento de linhas sido executado pelo BSCF.

Entretanto, foram gastos 6000 contos para expropriação de terrenos para exercícios.

Todos estes trabalhos foram antecedidos pela aquisição de terrenos por expropriação (cerca de 200 hectares) e os necessários levantamentos topográficos efectuados pelos Serviços Cartográficos do Exército.

Uma vez traçadas as estradas foram construídas as redes de água e de esgotos, a captação na margem do Tejo e as bombagens e tratamentos de água bem como os respectivos reservatórios. Em seguida, iniciou-se a construção dos edifícios seguida da rede eléctrica e telefónica.

Todos os trabalhos de madeira e de ferro foram efectuados nas oficinas da EPE. A direcção das obras funcionou em Lisboa, na DAE, e, no local, a direcção dos trabalhos de que dependiam várias secções por especialidades e ainda um serviço de

recepção de materiais.

Curiosa foi a metodologia usada para o estudo, projecto e construção dos edifícios. O modelo adoptado para o edifício mais comum resultou de um concurso entre oficiais de Engenharia cujo vencedor foi basicamente o adoptado. Trata-se de uma construção de 10,20m por 38,50m modulada a 3,50m. Cada módulo é limitado por pilares de betão armado e paredes de panos de tijolo de nove furos. Na frente do edifício corre um alpendre de três metros de largura.

Na traseira, em cerca de 2/3 do comprimento e centrado, existe uma área ligada ao edifício onde podem ser instalados

sanitários ou cozinhas. Cada edifício destes comporta 90 camas beliche, ou seja, é um dormitório para 180 homens (por norma o efectivo de uma Companhia de Infantaria). O mesmo edifício facilmente se adapta a refeitório, a messe de oficiais ou sargentos, a edifício de comando ou armazém. Derivados deste se reformularam edifícios para balneários ou sanitários.

A Engenharia Militar na Índia

Na Índia as obras militares eram asseguradas pela DOCMEI (Direcção de Obras do Comando Militar do Estado da Índia). A partir de 1951 passou a existir também uma Companhia de Engenharia Mista (Sapadores e TSF) formada em Moçambique. Em 1955 chegou á Índia um Pelotão de Transposição de Cursos de Água e um Pelotão de TSF e, em 1956, uma Companhia de Sapadores Expedicionária e uma Companhia de Transmissões Expedicionária.



O DEI de regresso a Quartéis. Estrada Panguim para Pandá sob o Comando do Major Tribolet.

Este conjunto de unidade constituiu o DEI (Destacamento de Engenharia da Índia) que veio a executar o Plano de Barragens na defesa de Goa em 1961.

O Período da Guerra do Ultramar



Tapeçaria de Renato Torres, 1970.

Em 1961 iniciou-se em Angola a Guerra do Ultramar contra os movimentos independentistas.

A organização superior das Forças Armadas assentava nos Ministros do Exército, da Marinha e Secretário de Estado da Aeronáutica, cabendo ao Ministro da Defesa Nacional a coordenação e a preparação dos orçamentos militares e da Defesa Civil. A estrutura ministerial consistia apenas no Secretariado-geral da Defesa Nacional dirigido por um General – o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas. Dependentes dos respectivos Ministros estavam os Chefes de Estado-Maior do Exército, da

Marinha e da Força Aérea. No entanto nas zonas do território onde viessem a desenrolar-se operações militares as forças ficariam subordinadas ao CEMGFA através de Comandantes-chefes a nomear.

Desta forma, em Angola e Moçambique existiam os respectivos Comandantes-Chefes para além do respectivo Governador. Na Guiné as duas funções recaíam na mesma pessoa.

Em 1960 com a proximidade da independência do Congo Belga, o Secretariado Geral da Defesa Nacional difundiu um conjunto de directivas que eram dirigidas em especial para Angola mas que não excluía as restantes e nas quais prescrevia medidas, entre as quais, as relativas à melhoria das infra-estruturas nomeadamente as rodoviárias. Decorrentes destas, também o Comando Militar de Angola, em 1961, emitia as suas directivas no mesmo sentido, apontando o esforço sobre as infra-estruturas rodoviárias e para a ampliação e conservação da rede de pistas de aviação. É assim que “*os programas de obras públicas em cada província são adaptados às prioridades de carácter militar especialmente no que concerne às redes viária, de pistas e aeródromos, ferroviária e sanitária*”³.

Quanto aos recursos financeiros empregues neste esforço de guerra pode-se dizer que o Orçamento do Estado através das Despesas Ordinárias pagava os gastos com as guarnições normais destinadas à defesa da Metrópole, Ilhas e Províncias Ultramarinas. Este orçamento diminuiu em percentagem do total, entre 1960 (23,5%) e 1973 (18%). Quanto às Despesas Extraordinárias, estas incluíam o Orçamento para as Forças Militares Extraordinárias no Ultramar (OFMEU) e que representava 2/3 daquelas despesas e incluíam as despesas de investimento (armamento, equipamento e viaturas) (Total do OFMEU em 1973: cerca de 7,5 milhões de contos; destes cerca de 1/3 eram para investimentos). O OFMEU era participado pelas Províncias Ultramarinas. O OFMEU cresceu até 1970 e depois voltou aos valores de 1961.

Em Angola a principal região de combate foi o Norte - os Dembos e para apoiar esse esforço foram conduzidas as acções da Engenharia Militar operando por Companhias e estas por destacamentos. A partir de 1966 as actividades da guerrilha intensificaram-se para o Cuando-Cubango e para o Cazombo e como tal também para aí se desenvolveram as actividades construtivas da Engenharia Militar, seguidas pelos organismos provinciais de obras públicas que complementavam e suplementavam aquelas infra-estruturas.

Na Guiné, devido a dimensão do território, a defesa teve de ser feita na fronteira. A partir de 1969 a manobra militar passou a ser articulada com a mano-

bra sócio-económica ou acção psicológica e com o recrutamento de naturais. A dificuldade de circulação terrestre (devido às emboscadas e às minas) levou a privilegiar o uso do transporte aéreo e o fluvial.

Em Moçambique as áreas de maior actividade da guerrilha foram Cabo Delgado no Noroeste e no Niassa. Só após 1968, com a construção da Barragem de Cabora-Bassa, as acções se intensificaram na região de Tete. Porém, sendo estas regiões afastadas dos pólos administrativos e dada a configuração do território, a actividade portuária intensificou-se e desenvolveu-se a partir de 1970 um importante comando militar em Nampula. Tal como nas outras províncias também em Moçambique estas actividades militares provocaram a construção de infraestruturas, na medida em que, servindo o interesse das operações também servia o interesse do desenvolvimento.

A Engenharia Militar teve uma acção inicial de construção de aeródromos tácticos e a pouco e pouco assumiu a abertura de picadas tácticas que progressivamente se melhoravam para serem itinerários logísticos e finalmente estradas principais acabadas pelos serviços de estradas dos Governos Provinciais.

A Engenharia Militar lançou também um programa de construção de quartéis pré-fabricados para Companhia e Batalhão (primeiro em estrutura de madeira e depois metálica), muitos deles montados pelos próprios utentes, distribuindo-se manuais de montagem, de construção de redes de água, de redes de esgotos e fossas sépticas, de electricidade interior e de iluminação exterior e outros subsistemas de apoio à vida nos aquartelamentos.

A Organização da Engenharia durante as Campanhas de África 1961-1974⁴

Com o início da acção violenta da guerrilha em Angola, em 1961, foi elaborado um “plano de mobilização”, que previa o envio de unidades de reforço. No que diz respeito à Engenharia Militar, as unidades de reforço previstas no plano eram: uma Companhia de Sapadores da EPE e uma Companhia Sapadores do RE1, com datas de partida previstas para Junho de 1961. No entanto, a guerra rapidamente se espalhou aos outros teatros e muitas unidades tiveram de ser mobilizadas.

Unidades de Engenharia em reforço

Entre 1961 e 1975 foram mobilizadas para Angola, Moçambique e Guiné um total de 59 Companhias, dois Destacamentos de Caminhos-de-ferro e duas Secções de Lança-Chamas, para além de muitos



Lisboa – Regimento de Engenharia N.º 1. Lisboa / Largo da Graça – Comando do DGME. (De cima para baixo)

militares em rendição individual.

A EPE mobilizou duas Companhias de Sapadores e duas Companhias de Construções para Angola.

O RE1 mobilizou as restantes 55 Companhias: para a Guiné, uma Comp Eng Mista (1963); para Angola, seis Comp Sap (1961 a 1963), nove Comp de Construções e 21 Comp de Engenharia (1964 a 1975); para Moçambique, três Comp Sap (1961 a 1963), e 14 Comp de Engenharia (1964 a 1975);

O Batalhão de Sapadores de Caminho de Ferro mobilizou para Angola os dois Destacamentos de C.Ferro (1962-64 e 1964-66) e as 2 Secções de Lança-Chamas (1961-63 e 1963-65).

Apoio Logístico da responsabilidade da Engenharia

Os principais problemas a resolver pela Engenharia, como direcção logística, foram respeitantes ao fornecimento de energia eléctrica em campanha (geradores), ao reabastecimento de material de sapadores e de materiais de construção a todas as tropas, bem como, o reabastecimento e manutenção de equipamento de engenharia às suas próprias Unidades.

O equipamento de engenharia tornou-se de gran-

de importância, uma vez que, a abertura e manutenção das picadas tácticas e outros itinerários logísticos dependiam deles, tal como a construção e reparação das obras de arte complementares (pontes, aquedutos...).

Em 1964, foi elaborado um Plano de Aquisição do Exército que previa o emprego de uma verba de cerca de 1,5 milhões de contos para aquisição de armamento, viaturas e equipamentos durante três anos, 1964/65/66. Em 1967 outra verba, de cerca de 1,8 milhões de contos, foi destinada para o mesmo efeito durante os anos de 1967/68/69/70.

Em 1968, enquanto na área do armamento se assistiu à aquisição da espingarda automática G3, na área do equipamento pesado de engenharia, foram adquiridos tractores, embarcações e outros equipamentos, em grande quantidade, mas a sua entrega só se processou em 1970.

Instrução da responsabilidade da Engenharia

Na área da instrução, a Arma de Engenharia chegou a ministrar 34 especialidades diferentes.

Dos diferentes cursos salienta-se o Curso de Minas e Armadilhas, ministrado na EPE à razão de quatro por ano (correspondendo aos quatro turnos de instrução anual) que permitia formar um subalterno e três sargentos por cada companhia mobilizada (de Infantaria, Cavalaria ou Artilharia e dos serviços) e também o Comandante e os sargentos dos pelotões

Angola – Ponte sobre o Dange.



3.1.1. — ESTRADAS COM REVESTIMENTO A ALCATRÃO	
Em colaboração com as Obras Públicas da Guiné procedeu-se à construção de estradas num total de 520 Km. das quais 241,35 competiram exclusivamente à Eng.* e que a seguir se discriminam:	
Bissau — Safim	15.000
Mansoa — Mansabá	31.300
Mansabá — Farim	21.100
Safim — Bula	20.400
Bula — Binar	10.000
Bula — S. Vicente	17.200
Bula — T. Pinto	40.450
Nbacra — Cumeré	8.000
Tite — Enxodé	7.000
Tite — Bissau-sema	8.400
Cadique — Jemberem	10.200
Sare Bacar — Fronteira	2.100
Pirada — Fronteira	1.000
Cular — Impungueda	3.500
Mampatá — Nbacobá	14.200
Bula — Aldeia Formosa	31.000
3.1.2. — ESTRADAS SEM REVESTIMENTO DE ALCATRÃO TOTALMENTE A CARGO DA ENG.* MILITAR	
Aldeia Formosa — Rio Corubal	10.000
Cintura de Bissau	20.000
Binta — Guidage	20.000
Jemberem — Camecote	2.000
Cafine — Cafal Balanta	3.000
Aldeia Formosa — Mampatá	7.000
Cumbijá — Nbacobá	4.000
Accessos a Xugoé, Cadique, Cafal Balanta e Cobumba	5.000
TOTAL	71.000

Guiné 1964-1974.

de sapadores das unidades de engenharia.

Organização da Engenharia em Angola, Moçambique e Guiné

Em Angola, em 1961, existia apenas um BEng (criado em 1960) cujo comando assumia também responsabilidades pelas actividades logísticas da Arma: abastecimento de materiais de engenharia (de fortificação e de construção) e manutenção de material e equipamento de engenharia. Com o evoluir das necessidades, em 1963 foi criado o Depósito de Material de Engenharia.

No Luso (hoje Luena) foi criada uma delegação do Depósito, designado por Depósito Avançado de Material de Engenharia.

Em 1964 foi criado o Agrupamento de Engenharia de Angola absorvendo na sua orgânica o BEng e o Depósito. O Agrupamento possuía também um Depósito de Sobressalentes de Equipamento de Engenharia e um Depósito de Cartas para o apoio a toda a Região Militar de Angola. O BEng era composto por quatro Companhias de Engenharia, duas Companhias de Construções, uma Companhia de Equipamento Mecânico e Manutenção, o Destacamento de Sapadores de Caminho de Ferro e a Companhia de Depósito.



Um aquartelamento do tipo MAGUE.

Com o início das acções violentas, em 1964, foi criado o Agrupamento de Engenharia de Moçambique, com o Comando em Nampula e que incluía, para além do BEng, o Depósito de Material de Engenharia com quatro Depósitos Base de Material de Engenharia em Lourenço Marques (Maputo), Beira, Nacala e Porto Amélia (Pemba) e depósitos avançados em Tete, Vila Cabral (Lichinga) Mueda, Mocimboa da Praia e Nova Freixo (Cuamba). O Agrupamento de Engenharia de Moçambique era constituído por Comando e CCS, uma Companhia de Engenharia, duas Companhias de Construções e a Companhia de Depósito. Em 1968 o Agrupamento criou o Destacamento de Engenharia do Sul para o apoio a esta área da Província. Em 1971, perante a cada vez maior ameaça das minas terrestres colocadas, fundamentalmente, em estradas e picadas, foi criada a Companhia de Sapadores do Agrupamento.

Na Guiné, o Comando da Engenharia tinha na sua dependência o Beng (constituído por uma CEng e uma CConstr) e o Depósito Base de Material de Engenharia. O BEng fora criado em 1964 (previa na sua orgânica, quatro companhias).

A Extinção do RE2 e do BTm3

Na Metrópole (a Zona do Interior), entretanto, desenvolveu-se um enorme esforço de apoio e preparação de forças e meios em que intervieram, sem excepções, todas as unidades e órgãos da Engenharia Militar. No entanto, algumas transformações foram sendo efectuadas:

Em 1965 foi extinto o Regimento de Engenharia N.º 2 do Porto, sendo, no seu quartel, criado o Regimento de Transmissões (a Arma de Transmissões tinha sido criada em 1961);

Em 1966 foi extinto o BTm N.º 3 instalado no aquartelamento do Casal do Pote em Tancos.

Os arquivos existentes e a sua situação

Vários são os arquivos onde obtive elementos:

O Arquivo da Defesa Nacional, em Paço de Arcos, no Quartel do actual Centro Militar de Electrónica; com uma boa parte dos documentos catalogados;

O Arquivo Histórico Militar;

O Arquivo Geral do Exército, que tem catalogada a documentação administrativa de obras do SFOM e SFOE da década de 70; por catalogar todo o fundo de processos de obras e aquisições da gestão da Engenharia Militar (Cabo Verde, Guiné, S. Tomé, Angola, Moçambique, Timor e Índia); por catalogar a documentação administrativa de obras do SFOM e SFOE dos anos 60 e 80; por catalogar variadas peças desenhadas da CANIFA e da CANIE; outros documentos (O.S., doc. Técnicos, etc.); por catalogar os arquivos MOP com os processos CANIFA e CANIE;

O Arquivo da DIE em Santa Clara onde se encontram os arquivos de obras de Macau (aí recolhidos após a entrega da administração à China) e no RE1;

O Arquivo da CECA/DHCM

Muito trabalho vem sendo feito pela CECA e pelos AHM, AGE e DIE mas há que continuar. 🍎

“Que se faça tão bem e tanto como se fez no período em causa”

General Valença Pinto

(Abertura da 4.ª Conferência - “Economia, Ciência, Tecnologias e Logística de Defesa” da Cooperativa Militar (2009) no âmbito do projecto de investigação científica, de que é impulsor, designado “Estudo da Situação Política, Económica, Científica e Social de Portugal no 3.º Quartel do Século XX em Portugal Continental e Ultramarino e respectivas consequências”).

¹ BARBOSA, António Manuel Pinto. “Memórias da A. C. de Lisboa” Tomo XXV.

O Prof. Pinto Barbosa foi meu professor no IAEM. Professor universitário, foi membro da equipa nacional para o Plano Marshall em Paris até 1950 e depois foi Ministro das Finanças, entre outros cargos relevantes.

² CALADO, General João A. Dos Santos, in “Revista da Engenharia Militar”, 1953.

³ Bacelar, Coronel de Engenharia Sérgio Augusto Margarido Lima “Portugal e as Campanhas de África 1960 – 1974”

⁴ CECA “Campanhas de África 1961-1975”